

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Contábeis da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS FOMENTO relativas aos Exercícios de **2013** e **2012**, que encerraram-se respectivamente em **31/12/2013** e **31/12/2012**, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

As ações contidas no **Programa de Fomento ao Desenvolvimento Econômico** constantes do Plano Plurianual de Investimento em que a GOIÁS FOMENTO é a responsável, tem como foco a geração e manutenção de emprego e renda, por meio da concessão de crédito visando a elevação dos investimentos produtivos nos diversos setores da economia goiana. Dessa forma, promoveu a concessão de crédito com Recursos Próprios a **612 micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e autônomos** com mais de **R\$ 32,1 milhões** contratados. Como Agente Operador do FCO e agente financeiro do BNDES contratou mais de **R\$ 11,6 milhões** em 23 operações de crédito. O saldo da carteira de crédito ao final do exercício de 2013 ficou em **R\$ 75 milhões** crescendo **29%** no período. Como agente financeiro dos Fundos Estaduais, as operações de crédito com recursos do FunMineral, Crédito Produtivo e CREDIPAI somaram **1.086** operações com **R\$ 23,8 milhões** contratados. As contratações de financiamentos de incentivos fiscais por meio do Programa Produzir e seus subprogramas somaram **R\$ 6,3 bilhões** beneficiando **58** empreendimentos industriais.

Como agente financeiro dos fundos estaduais, as carteiras somam mais de **R\$ 67,2 milhões**, sendo do Crédito Produtivo/CREDIPAI **R\$ 11,2 milhões**, FunMineral **R\$ 13,4 milhões** e Fomentar **R\$ 42,5 milhões**.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS

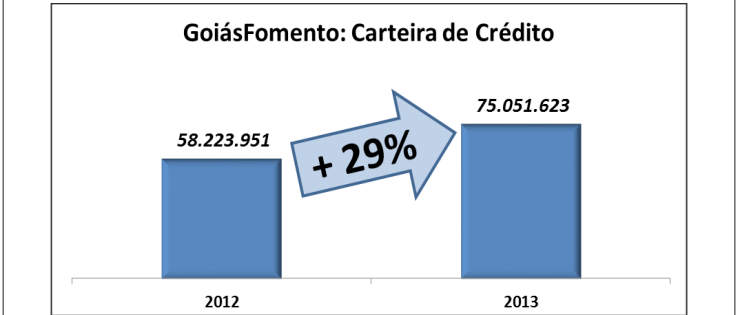
INDICADORES:

RESULTADOS:	EXERCÍCIO DE 2013 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO DE 2012 (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	25.569	22.447
Resultados Prestação de Serviços	5.847	5.446
Resultados Operacionais	2.258	4.158
Lucro Líquido antes dos Juros s/ Cap. Próprio	2.645	3.316
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativos Totais	165.360	124.154
Operações de Crédito	74.962	57.284
Patrimônio Líquido	140.691	109.161
INDICADOR FINANCEIRO		
Índice de Liquidez	10,34%	15,01%

Os Ativos Totais da GOIÁS FOMENTO somaram **R\$ 165,4 milhões**, crescendo **32,4 %** sobre 31/12/2012, em parte, influenciado pela capitalização no valor de **R\$ 29,7 milhões**.

O resultado (lucro líquido e juros s/ capital próprio) do exercício foi de **R\$ 2,6 milhões**. A redução na taxa de rendimento dos recursos em tesouraria foi **7,5%** menor que a obtida no ano anterior. Tal redução se deu em face da taxa SELIC ter sido menor em **3,17%** que a do ano anterior. Por outro lado, a expansão das operações de crédito com o consequente crescimento dessas receitas propiciou elevação de **27,8%** com relação ao ano anterior compensando a redução na receita em tesouraria.

O Patrimônio Líquido (PL) da GOIÁS FOMENTO alterou-se de **R\$ 109,2 milhões** em 31/12/2012 para **R\$ 140,7 milhões** em 31/12/2013, ou seja, **28,8%** maior com a integralização de **R\$ 29,7 milhões** ao capital da GoiásFomento.



O Patrimônio de Referência (PR) da GOIÁS FOMENTO em 31/12/2012 foi de **R\$ 107,3 milhões**, passando para **R\$ 140,7 milhões** em 31/12/2013, o que possibilita alavancar contratações de operações de crédito de repasses ao setor privado em mais de **R\$ 1,2 bilhão**. Os recursos próprios têm atendido demandas específicas do setor privado além do atendimento por meio das linhas já existentes aos setores tradicionais. Entretanto, mesmo com a capitalização GOIÁS FOMENTO que está em curso, os financiamentos para projetos de infraestrutura econômica e social destinados aos municípios goianos dependerão de novos aportes de capital, o qual contribuirá para a redução das desigualdades regionais e um crescimento igualitário.

2. PERSPECTIVAS

Os ajustes na estrutura organizacional juntamente com os investimentos realizados na modernização da gestão criaram condições para expansão de suas atividades operacionais. A capitalização que está sendo realizada com a integralização da segunda parcela prevista para o primeiro semestre de 2014 no valor de **R\$ 28,3 milhões** ampliará as opções de negócios e setores que poderão ser beneficiados com financiamentos a partir dos recursos próprios da GOIÁS FOMENTO. O redirecionamento do foco de atuação em sintonia com as políticas governamentais do Governo do Estado vem permitindo que a GOIÁS FOMENTO cumpra seus objetivos institucionais e atue tanto na prospecção de oportunidades de negócios como no atendimento das novas demandas por crédito.

A criação e diversificação de linhas de crédito e ampliação das operações nas linhas atuais continuará sendo parte dessa estratégia, e com isso, cumpre seus objetivos institucionais e de sua missão. Além da ampliação das operações, busca-se a eficiência na aplicação de seus recursos próprios, na elevação dos financiamentos por meio de repasses do FCO e do BNDES, em que uma das metas é o crescimento dessas carteiras especialmente na carteira voltada para o agronegócio.

A gestão administrativa, orçamentária e financeira da GOIÁS FOMENTO continuará priorizando a melhoria da estrutura organizacional buscando a excelência no atendimento aos micro e pequenos empresários com maior agilidade nos processos decisórios, com segurança e maior velocidade de resposta aos clientes, otimizando a aplicação e utilização dos recursos disponíveis.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva da GOIÁS FOMENTO apresenta aos seus acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e a todos aqueles que contribuíram para mais um ano de sucesso, os resultados positivos da Agência, agradecendo a todos.

Goiania (GO), 24 de janeiro de 2014.

Luiz Antônio Faustino Maronezi Diretor - Presidente	Alair da Silva Rocha Diretor Administrativo e Financeiro
Andrea Aurora Guedes Vecchi Diretora de Prospecção de Oportunidade de Negócios	Jean Carlo dos Santos Diretor de Operações

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM R\$ MIL)**

ATIVO	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE	117.364	76.112
DISPONIBILIDADES	250	409
APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	2.250	2.083
Aplicações Interf. de Liquidez (NOTA 4)	2.250	2.083
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	72.731	53.038
Carteira Própria (NOTA 5)	72.731	53.038
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	29.815	11.704
Empréstimos Setor Privado	25.347	11.595
Financiamentos Setor Privado	9.253	1.640
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	44	-
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(4.829)	(1.531)
OUTROS CRÉDITOS	11.987	8.537
Diversos (NOTA 7)	11.987	8.537
OUTROS VALORES E BENS	332	341
Outros Valores e Bens (NOTA 8)	332	341
NÃO CIRCULANTE	47.995	48.042
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.457	43.289

OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	37.425	41.412
Empréstimos Setor Privado	13.253	24.020
Financiamentos Setor Privado	26.510	20.029
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	555	-
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(2.893)	(2.637)
OUTROS CRÉDITOS	4.032	1.877
Diversos (NOTA 7)	4.032	1.877
PERMANENTE (NOTA 9)	6.538	4.753
IMÓVEIS DE USO	4.013	3.885
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.670
Depreciações Acumuladas	(276)	(207)
IMOBILIZADO DE USO	604	762
Imobilizado de Uso	1.735	1.882
Depreciações Acumuladas	(1.131)	(1.120)
DIFERIDO	2	2
Gastos com Logísticos	73	73
Amortizações Acumuladas	(71)	(71)
INTANGÍVEL	1.919	104
Ativos Intangíveis	2.319	341
Amortizações Intangíveis	(400)	(237)
TOTAL DO ATIVO	165.360	124.154

PASSIVO	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE	9.365	7.650
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	1.495	849
Repasses do País - BNDES	292	-
Repasses do País - FCO	1.203	849
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)	7.870	6.801
Sociais Estatutárias	1.473	1.842
Fiscais e Previdenciárias	591	763
Dotação para Aumento de Capital	334	439
Diversas	5.472	3.757
NÃO CIRCULANTE	155.995	116.504
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	15.304	7.343
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	15.304	7.343
Repasses do País - BNDES	2.585	898
Repasses do País - FCO	12.719	6.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140.691	109.161
Capital Social (NOTA 12)	103.725	101.713
Reservas para Aumento de Capital	29.653	-
Reserva de Lucros	7.313	7.448
TOTAL DO PASSIVO	165.360	124.154

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2013
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM R\$ MIL)**

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre de 2013	EXERCÍCIOS	
		31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.747	15.307	13.542
Operações de Crédito	5.993	10.693	8.365
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2.754	4.614	5.177
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.020)	(5.056)	(1.995)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.020)	(5.056)	(1.995)
Provisão p/ Desvalorização	-	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.727	10.251	11.547
OUTRAS RECEITAS (/DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.556)	(7.993)	(7.389)
Receitas de Prestação de Serviços	3.399	5.847	5.446
Despesas de Pessoal	(5.635)	(10.410)	(9.346)
Outras Despesas Administrativas	(2.673)	(5.088)	(4.367)
Despesas Tributárias	(17)	(45)	(45)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	1.747	4.415	3.459
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(1.377)	(2.712)	(2.536)
RESULTADO OPERACIONAL	1.171	2.258	4.158
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2	136	62
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.173	2.394	4.220
Imposto de Renda e Contribuição Social (NOTA 15)	408	251	(904)
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO	1.581	2.645	3.316
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(1.018)	(1.471)	(1.840)
LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00	0,02	0,03	0,03

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM R\$ MIL)**

EVENTOS	CAPITAL REALIZA- DO	AUMEN- TO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS LEGAL	EXPAN- SÃO	INCEN- TIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMU- LADOS	TOTAL
SALDO EM 31/12/2011	97.819	-	2.340	2.081	3.865	33	106.138
- Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	(167)	(290)	(33)	(490)
- Aumento de Capital	-	3.894	-	(1.170)	-	(687)	2.037
- Transferência p/ Aum. de Capital	3.894	(3.894)	-	-	-	-	-
- Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.316	3.316
- Reserva Legal	-	-	166	-	-	(623)	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	623	-	(623)	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.840)	(1.840)
SALDO EM 31/12/2012	101.713	-	2.506	1.367	3.575	-	109.161
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.894	-	166	(714)	(290)	(33)	3.023

SALDO EM 30/06/2013	103.725	-	2.559	616	3.575	-	110.475
- Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-
- Dotação p/ Aumento de Capital	-	29.653	-	-	-	-	29.653
- Transferência p/ Aum. de Capital	-	-	-	-	-	1.581	1.581
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	-	-	-	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.018)	(1.018)
SALDO EM 31/12/2013	103.725	29.653	2.559	616	3.575	563	140.691
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	29.653	-	-	-	-	563

SALDO EM 31/12/2012	101.713	-	2.506	1.367	3.575	-	109.161
- Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	(654)	-	-	(654)
- Dotação p/ Aumento de Capital	-	29.653	-	-	-	-	29.653
- Aumento de Capital	-	2.012	-	(655)	-	-	1.357
- Transferência p/ Aum. de Capital	2.012	(2.012)	-	-	-	-	-
- Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.645	2.645
- Reserva Legal	-	-	132	-	-	(132)	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	1.042	-	(1.042)	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.471)	(1.471)
SALDO EM 31/12/2013	103.725	29.653	2.638	1.100	3.575	140.691	
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.012	29.653	132	(267)	-	-	31.530

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2013- (EM R\$ MIL)**

	2º Semestre de 2013	EXERCÍCIOS	
		31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro Líquido	1.581	2.645	3.316
Despesas de Depreciação e Amortização	282	243	(21)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(96)	(167)	73.884
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(18.730)	(19.693)	(48.612)
Operações de Crédito	(14.327)	(14.125)	(25.498)
Outros Valores e Bens	(3.920)	(5.604)	(4.057)
Outras Obrigações	3.834	1.069	(2.768)
Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	(31.380)	(35.623)	(3.754)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.261	8.607	5.155
Aumento de Capital em Dinheiro	29.653	31.010	2.037
Dividendos Propostos	-	(654)	(490)
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(1.018)	(1.471)	(1.840)
Total de Ingresso de Recursos	32.896	37.492	4.862
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos			
Imobilizado de Uso	(17)	147	(214)
Imóveis de Uso	(49)	(197)	(550)
Aplicações no Intangível	(1.969)	(1.978)	(40)
Total dos Recursos Captados/Aplicados	(2.035)	(2.028)	(804)
Variação Líquida de Caixa	(519)	(159)	304
Início do Período	769	409	105
Fim do Período	250	250	409
Redução das Disponibilidades	(519)	(159)	304

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM R\$ MIL)**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL
A Agência de Fomento de Goiás S/A, é uma Instituição Financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, sendo empresa de economia mista de capital fechado, tendo por finalidade FOMENTAR o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são:
• Concessão de Operações de Crédito com Recursos Próprios;
• Operações de Repasses do BNDES e FCO;
• Administração de Fundos e Recursos Governamentais, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL e FUNPRODUIZIR. A autorização para o fechamento das Demonstrações Contábeis da Instituição, referente ao exercício de 2013, foi dada pela Diretoria em 22 de janeiro de 2014.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Moeda de apresentação e funcional
As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
b) Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, reconhecidos por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que não conflitam com as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras da Agência, conforme abaixo:
• CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
• CPC-03 - Elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29/08/2008, do CMN);
• CPC-05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
• CPC-10 - Pagamentos Baseados em Ações (Resolução nº 3.989, de 30/06/2011, do CMN);
• CPC-23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (Resolução nº 4.007, de 25/08/2011, do CMN);
• CPC-24 - Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
• CPC-25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
• CPC-33 - Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009).
As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

continuação

NOTA 8 – OUTROS VALORES E BENS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS		
	31/12/13	31/12/12	
- Bens Não de Uso Próprio		316	318
- Despesas Pagas Antecipadamente		16	23
Total		332	341

NOTA 9 – PERMANENTE					
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS				
	31/12/13			31/12/12	
	Taxa	Custo	Deprecia- ção	Valor Líquido	Valor Líquido
- Imóveis de Uso – Terrenos		2.422		2.422	2.422
- Imóveis de Uso - Edificações	4%	1.867	(276)	1.591	1.463
- Móveis e Equipamentos de Uso	10%	608	(373)	235	253
- Outras Imobilizações	20%	1.127	(758)	369	509
- Diferido/Líquidais		73	(71)	2	2
- Intangível	20%	2.319	(400)	1.919	104
Total		8.416	(1.878)	6.538	4.753

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, a saber:

DESCRIÇÃO – BNDES				EXERCÍCIOS	
Taxa Média		Prazo Médio		31/12/13	31/12/12
4,06% a.a.		4,8 anos		2.877	898
Total				2.877	898
- Curto Prazo				292	
- Longo Prazo				2.585	898

DESCRIÇÃO – FCO				EXERCÍCIOS	
Taxa Média		Prazo Médio		31/12/13	31/12/12
5,46% a.a.		7 anos		13.922	7.294
Total				13.922	7.294
- Curto Prazo				1.203	849
- Longo Prazo				12.719	6.445

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES			
OUTRAS OBRIGAÇÕES		EXERCÍCIOS	
Descrição		31/12/13	31/12/12
- Dividendos e Bonificações a Pagar (NOTA 16)		1.473	1.842
- Fiscais e Previdenciárias		591	763
- Impostos e Contribuições		578	504
- Credores Diversos		1.692	1.377
- Dotação p/ Aumento de Capital		334	439
- Provisão de Férias		601	527
- Contingências		457	1.270
- Obrigações por Aquisição de Bens/Direito		1.811	-
- Outras – Diversas		333	79
Total		7.870	6.801

NOTA 12 – CAPITAL SOCIAL
O Capital Social de R\$ 133.379 totalmente integralizado é representado por 133.378.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2013, foi procedido aumento do capital social no montante de R\$ 29.653 com emissão de 29.653.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A Ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou este aumento de capital foi realizada em 31/10/2013 em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2013	EXERCÍCIOS	
		31/12/13	31/12/12
- Água, Energia e Gás	85	172	165
- Aluguéis	26	51	49
- Comunicação	133	250	244
- Honorários	801	1.646	1.522
- Manutenção e Conservação	72	140	146
- Material de Expediente	17	30	55
- Pessoal	5.635	10.410	9.346
- Terceiros	476	791	588
- Propaganda / Publicidade e Publicações	147	310	212
- Técnicos Especializados	260	460	326
- Vigilância e Segurança	117	244	257
- Transportes	100	220	209
- Outros	456	819	639
Total	8.325	15.543	13.768

NOTA 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2013	EXERCÍCIOS	
		31/12/13	31/12/12
Outras Receitas			
- Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	1.015	2.298	2.030
- Recuperação de Encargos e Despesas	635	1.049	786
- Outras	97	1.068	643
Total de outras receitas	1.747	4.415	3.459
Outras Despesas			
- COFINS	512	898	805
- PASEP	83	146	131
- ISSQN	169	291	156
- Descontos Concedidos	231	687	744
- Amortização	-	-	4
- Amortização do Intangível	145	164	36
- Depreciação	138	277	282
- Outros	99	249	700
Total de outras despesas	1.377	2.712	2.536

NOTA 15 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO
15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social
a) Base de tributação

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO – até 31/12/13	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado do Período	2.394	2.394
(-) Juros de Capital Próprio	1.471	1.471
= Resultado ajustado	923	923
Adições		
- Provisão para Devedores Duvidosos – 2013	8.254	8.254
- Despesas não Dedutíveis	893	893
Total das adições	9.147	9.147
(-) Exclusões		
- Provisão para Devedores Duvidosos – 2013	(4.315)	(4.315)
- Outras Exclusões	(1.438)	(1.438)
Total das exclusões	(5.753)	(5.753)
= Lucro real	4.317	4.317
Imposto de Renda		
Contribuição Social	1.055	648
(Constituição)/Realização Líquida de Créditos Tributários	(1.013)	(941)
Total da despesa	42	(293)

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos
A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.
Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela circular BACEN nº 3.171 de 30 de dezembro de 2002. Conforme dispõe a Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.059, de 20/12/2002, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/13, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.
Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

DESCRIÇÃO	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Saldo em 31/12/12	1.380	497	1.877
- Constituição no exercício	1.536	1.187	2.723
- Realização no exercício	396	172	568
Saldo em 31/12/13	2.520	1.512	4.032
- Total a Curto Prazo	1.662	599	2.261
- Total a Longo Prazo	1.302	469	1.771

b) Estimativa de realização dos créditos tributários
A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

DESCRIÇÃO	2014		2015	
	1º Sem/14	2º Sem/2014	1º Sem/2015	A partir do 2º Sem/2015
- Imposto de Renda	912	750	814	488
- Contribuição Social	529	670	293	176
TOTAL	1.241	1.020	1.107	664

c) Natureza dos créditos

DESCRIÇÃO	31/12/2013
- Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	7.602
- Baixa de Valor Acima de 30 mil	1.721
- Provisão p/ Contingências	757
Total da base de cálculo em 31/12/13	10.080
- Alíquota de Imposto de Renda	25%
- Alíquota de Contribuição Social	15%
- Crédito Tributário de Imposto de Renda	2.520
- Crédito Tributário de Contribuição Social	1.512
Total dos créditos tributários em 31/12/13	4.032

d) Classificação contábil dos créditos tributários
Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.
e) Valor presente dos créditos ativados
O valor presente dos créditos ativados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$3.646 (2012 - R\$ 1.706). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

NOTA 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO
A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício.
Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.
Os dividendos foram calculados na forma de juros sobre o capital próprio, conforme faculta a legislação vigente, no montante de R\$ 1.471 (2012 – R\$ 1.840).

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/13	31/12/12
- Lucro do Exercício	2.845	3.316
Destinação - Juros sobre o Capital Próprio	1.471	1.840
% de Distribuição	55,61%	55,49%
- Juros sobre o Capital Próprio por Ação (R\$ por ação)	0,01	0,01

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído.

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS
As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados.

PARTES RELACIONADAS		ATIVO		PASSIVO		RESULTADO	
Descrição		2013	2012	2013	2012	2013	2012
FUNMINERAL		380	45	-	-	628	542
FUNPRODUIZIR		4.599	2.349	-	-	3.437	3.173
FOMENTAR		3.208	2.369	-	-	1.276	1.288
Juros de Capital Próprio - Estado de Goiás		-	-	1.470	1.842	-	-
Recursos de Cobrança - BD-Goiás		-	-	1.221	1.241	-	-
Juros de Capital Próprio – Metrobus		-	-	3	2	-	-

NOTA 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO
a) Índice da Basileia e de imobilização (DLO)
Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/2013, obtidos conforme regulamentação em vigor.

Patrimônio de Referência	140.689
Índice de Basileia	130,02%
Nível I	124,52%
Nível II	-
Índice de Imobilização Basileia	3,28%
Limite	70.345
Situação	4.618
Folga de Imobilização	65.727

Em primeiro de março de 2013, o BACEN publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do conselho Monetário Nacional: Resolução nº 4.192, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de instituições financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referência (PR); Resolução nº 4.193, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal.
O conjunto de 15 novas circulares do Banco Central do Brasil complementam as regras estabelecidas nas resoluções, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para *Risk-Weighted Assets*).
O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192, de 01/03/2013, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.
A Resolução 4.193, de 01/03/2013, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas do Banco Central do Brasil, entre elas, a Resolução 3.464/07 e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13.
b) Risco operacional
Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 3.380/06 e 3.490/07 e Circular 3383/08.
c) Julgamento da administração sobre o índice de Basileia
A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 11%.

d) Cálculo do patrimônio de referência
O patrimônio de referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 31/12/2013 estão demonstrados conforme abaixo:

Capital Principal	140.689
Nível I	140.689
Nível II	-
Patrimônio de Referência	140.689
Compatibilização do patrimônio de referência	
PR	140.689
RWA	108.205
Margem PR Nível I req.	134.738
PR Nível I mín. req. RWA	5.951
Margem s/ capital req.	135.820
Capital mín. Req. RWA	4.869
Índice Basileia cap.	125,52%
Índice Basileia amplo	129,25%

NOTA 19 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO
A remuneração é fixada em Assembleia Geral de Acionistas:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/13	31/12/12
- Proventos	695	690
- Gratificações	28	29
- Conselho de Administração	363	376
- Outros	560	427

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

NOTA 20 – SEGUROS
A Instituição mantém seguros de sua frota de veículos e seguro predial (não auditados).

NOTA 21 – AVAIS E FIANÇAS
A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

NOTA 22 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

i. Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exequível.

ii. Passivos contingentes - Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

a) Contingências prováveis - provisionadas
As provisões para contingências referem-se a ações classificadas como de perda provável e compõem-se de: Ações Trabalhistas e Ações Cíveis, distribuída da seguinte forma:

i. Ações trabalhistas - compõem-se de 1 ações em andamento e 4 ações prováveis, onde o objeto é de: - horas extras, equiparação salarial, participação nos lucros, que em, dezembro de 2013, totaliza R\$ 285.
ii. Ações cíveis - compõem-se de 13 ações em andamento, onde o objeto das ações são: indenizações e revisionais, totalizando em dezembro de 2013 em R\$ 191.

NOTA 23 – ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS
A Agência de Fomento administra Fundos do Governo do Estado de Goiás. As principais informações sobre esses fundos são as seguintes:

Fundos Públicos	PL dez/13	Receita/13	PL dez/12	Receita/12
FUNPRODUIZIR	20.383	3.437	19.641	3.173
FUNMINERAL	16.818	628	17.889	542
FOMENTAR	393.676	1.276	396.917	1.288
TOTAL	430.877	5.341	434.447	5.003

NOTA 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS
As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro aproxima-se do seu correspondente valor de mercado.

NOTA 25 - GESTÃO DE RISCOS
A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento. Os principais fatores de riscos monitorados são:
a) Risco de mercado – É o risco associado à probabilidade de variação no valor dos ativos e passivos da Agência, decorrente de mudanças nas taxas de juros de mercado, e, com isso, serem geradas perdas à instituição. Em atendimento aos normativos dos órgãos reguladores e fiscalizadores, a GoiásFomento possui, devidamente implementada, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado da Agência, garantindo o fiel cumprimento às exigências da Resolução nº 3.464 do CMN de 28/06/2007 e normativos posteriores. Atualmente, não existem expectativas de flutuações substanciais nas taxas de juros praticadas no mercado que possam afetar consideravelmente os resultados da Agência. O relatório de acesso público contendo a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado da GoiásFomento, encontra-se na Coordenadoria de Contabilidade – CONTA, área responsável pelo mesmo.
b) Valor em risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança de 99% - é uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress – é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.
Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos. Conforme o VaR em dezembro/13.
c) Risco de crédito – O risco de crédito surge da possibilidade da instituição vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de suas operações de crédito e outros créditos. A GoiásFomento estabelece sua política de crédito de forma conservadora, observando-se fatores relativos à classificação de clientes, pulverização de risco e monitoramento dos níveis de inadimplência. Desta forma, não existem expectativas com perdas superiores ao valor da provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa. Em atendimento à Resolução nº 3.721 do CMN, a Agência vem desenvolvendo ações em relação à estrutura organizacional para a efetiva implementação do gerenciamento do risco de crédito, tendo indicado ao BACEN o diretor responsável por tal atividade.
d) Risco operacional – Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do CMN, a Agência de Fomento de Goiás S/A possui implementada a estrutura de gerenciamento de risco operacional, e adota como metodologia a “Abordagem do Indicador Básico” para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, de que trata a Resoluções nºs 4.192 e 4.193/13 descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos acima citada encontra-se disponível no departamento ASGER – Assessoria de Gerenciamento de Riscos. A GoiásFomento tem como política a busca constante de melhoria nos processos internos, controles, capacitação de pessoal e tecnologia, visto que esses fatores contribuem significativamente para a mitigação de riscos.
e) Risco de liquidez – É o risco de a instituição se tornar inadimplente quanto ao pagamento de passivos. Inexiste este risco na Agência em face de sua estrutura patrimonial que evidencia ativos circulantes muito superiores aos passivos de curto prazo.
f) Lavagem de dinheiro - prevenção ao crime de lavagem de dinheiro – A GoiásFomento possui Política interna de prevenção e combate a este tipo de ilícito. Os procedimentos fazem parte das atribuições da Auditoria Interna e da Assessoria de Gerenciamento de Riscos. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a GoiásFomento aumentou os controles sobre as práticas destes crimes. Com a aprovação da Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, a Diretoria da Agência e o Conselho de Administração normatizou os procedimentos para fortalecer a prevenção de ilícitos financeiros. Todos os colaboradores têm acesso ao texto da Política através da Intranet (site colaborativo interno da instituição) onde são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo. Para conscientizar e treinar o corpo funcional sobre a importância de ajudar a combater essas práticas está disponível na pasta de rede Público o material utilizado pela Assessoria de Gerenciamento de Riscos para divulgar a Política aos Coordenadores da instituição. Dentre o material consta um vídeo explicativo divulgado pelo COAF, além da apresentação contendo um resumo dos procedimentos que os colaboradores devem seguir em caso de identificação de operação suspeita. Atualmente os clientes que são identificados como Pessoas Politicamente Expostas passam por análise da Diretoria Executiva antes que seja iniciada a relação de negócio.

Goiânia (GO), 22 janeiro de 2014.

LUIZ ANTÔNIO FAUSTINO MARONEZI
Diretor-Presidente

ALAIR DA SILVA ROCHA
Diretor Administrativo e Financeiro

JEAN CARLO DOS SANTOS
Diretor de Operações

ANDRÉIA AURORA GUEDES VECCHI
Diretora de Prospeção de Oportunidade de Negócios

MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA
Contadora CRC/GO 8.031
CPF.311.069.601-06

CONSELHO FISCAL
SILVIO VIEIRA DA LUZ

WANDERLINO TEIX